

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Agora, faz sentido

Muita gente no BRB achava estranho quando Paulo Henrique Costa dividia as operações do banco com o Master em parcelas inferiores, mas não desconfiava que era de caso pensado para burlar os processos de controle. Depois que a história dos apartamentos veio à tona, a decepção por ali foi grande.

Sem clima

A avaliação geral é a de que dificilmente PHC terá um ambiente amistoso e cordial para, talvez, quem sabe, um dia, voltar a trabalhar na Caixa ou em qualquer outro estabelecimento ligado ao mercado financeiro. Melhor mudar de ramo, conforme aconselham alguns advogados.

Vai ter que mudar

Será necessário muito mais do que um projeto de lei para conceder alguma isenção capaz de ajudar os micro e pequenos empreendedores na implementação do fim da escala 6x1. É que a reforma tributária veda novas isenções fiscais. Dentro do Senado, há quem defenda que é preciso votar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para viabilizar essa saída ao empresariado.

Por falar em 6x1...

O governo ficou preocupado ao ver presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmar que encaminhará a PEC para a Comissão de Constituição e Justiça. E, como não quer esperar para votar a proposta que muda a escala de trabalho, vai propor ao comandante da Casa que junte o texto aprovado na Câmara à PEC do senador Paulo Paim (PT-RS), que está pronta para ser votada em plenário. Seria uma forma de encurtar o tempo de tramitação no Senado. Alcolumbre resiste a essa solução.

Cerco às piratas

Com a sanção do “Marco Legal de Combate ao Mercado Ilegal de Jogos e Apostas” nesta semana, a expectativa do governo e do setor é sufocar financeiramente as plataformas ilegais de apostas. Agora, as operadoras de cartões de crédito devem identificar todas as transações com as casas de apostas irregulares, ou seja, as que estão fora da listagem da secretaria de prêmios e apostas.

O desafio de Flávio Bolsonaro

Estrategistas da pré-campanha de Flávio Bolsonaro consideram que, apesar dos pesares, ele não perdeu a preferência da maioria dos que escolheram Jair Bolsonaro na eleição de 2022, levando o então presidente ao segundo turno contra Lula. Por isso, todo o esforço agora é no sentido de manter esses eleitores fiéis ao clã. Não por acaso, os eventos do partido começam com exaltação ao ex-presidente, exibição de vídeos e áudios daquele que ainda é considerado o maior detentor de votos à direita. O difícil, avaliam alguns, será ultrapassar esse eleitorado, de forma a garantir uma vitória no segundo turno. Para que isso ocorra, será preciso se livrar das vinculações a Daniel Vorcaro e do “Tariflávio”, a cada dia mais forte na internet.



Na defensiva/ Desde que vazaram os áudios em que Flávio Bolsonaro chama o ex-banqueiro Daniel Vorcaro de “meu irmão”, o pré-candidato ao PL à Presidência da República não conseguiu colocar sua pré-campanha em voo de cruzeiro. Quando achou que havia respirado com a visita a Donald Trump, terminou atropelado pelo novo tarifaço anunciado pelo governo Trump. E, para completar, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, ao tentar ajudar o irmão, complicou ainda mais ao citar o Zelle, o sistema de pagamentos privado que funciona somente no sistema bancário norte-americano, em alguns



bancos filiados. Já o Pix brasileiro é público, universal e gerido pelo Banco Central do Brasil. Não demorou para que as redes taxassem os bolsonaros como “entreguistas” e “inimigos do Pix”. Os estrategistas agora terão que quebrar a cabeça para tentar jogar mais esse problema para escanteio.

CURTIDAS

Melhor evitar/ Ao transmitir uma live onde andava no meio da multidão durante a 34ª Marcha para Jesus em São Paulo, apoiadores de Flávio pediram nos comentários que não fizesse isso e lembraram do atentado contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Alguns até perguntaram sobre o colete à prova de balas que o senador usava por baixo da camiseta.

Imagem cedida



Homenageado I/ No último dia do XIV Fórum de Lisboa, 15 magistrados e políticos se juntaram em torno do ex-presidente Michel Temer, para marcar os 10 anos de sua ascensão ao Planalto (foto). Logo depois do almoço, o ex-presidente posou para fotos, ladeado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, seu ex-ministro da Justiça, indicado por Temer ao Supremo. E, ainda, o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Luís Salomão, e o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, do STJ, além dos aliados Carlos Marun, ex-ministro-Chefe da Secretaria de Governo, e Henrique Pires, advogado e ex-presidente da Funasa.

Homenageado II/ No almoço, Temer recebeu uma placa com os dizeres “único jurista empossado com supremo magistrado da nação brasileira após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988”. E, ainda, “pela passagem em 12/05/2026 dos 10 anos do início de seu governo”

TARIFAÇO

“Argumentos não são legítimos”

Vieira rebate Washington, mas aposta no diálogo. Segundo ele, o Brasil enviou aos EUA “todas as informações necessárias”

» ALÍCIA BERNARDES

O governo brasileiro intensificou a ofensiva diplomática para tentar barrar a imposição de novas tarifas sobre produtos nacionais pelos Estados Unidos. Em Paris, durante reunião ministerial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encontrou-se rapidamente com o representante comercial da Casa Branca, Jamie Greer, e ouviu do norte-americano que Washington pretende manter abertas as negociações.

A conversa ocorreu em meio à escalada da tensão comercial entre os dois países, após a divulgação de relatórios do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) que recomendam novas sobretaxas sobre exportações brasileiras. Um dos documentos sugere a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos investigados com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. Outro propõe tarifas entre 10% e 12,5% para cerca de 60 parceiros comerciais dos EUA sob a alegação de falhas no combate ao trabalho forçado — lista na qual o Brasil também aparece.

Segundo Vieira, a sinalização recebida de Greer reforça a avaliação do governo brasileiro de que ainda há espaço para uma solução negociada. “Ele se aproximou de mim e conversamos. Disse que estava tendo ótimas conversas com o Brasil. Eu respondi que é do nosso interesse manter esse diálogo, sobretudo depois dos anúncios dos resultados das investigações da Seção 301”, relatou ele ontem.

A estratégia brasileira é apostar no histórico de cooperação bilateral e ampliar as tratativas técnicas antes que qualquer medida punitiva entre efetivamente em vigor. A expectativa é que o aprofundamento do diálogo

técnico possa levar a uma revisão das recomendações feitas pelo USTR antes que elas sejam transformadas em medidas concretas. O governo sustenta que as acusações apresentadas pelos norte-americanos não encontram respaldo nos dados da relação comercial entre os dois países.

Vieira fez duras críticas aos argumentos utilizados pelo USTR para justificar as possíveis sanções comerciais. Segundo ele, o Brasil respondeu detalhadamente aos questionamentos apresentados durante a investigação e demonstrou que as alegações são falhas. “Demos todas as informações necessárias. Esperamos que isso seja levado em conta e que fique comprovado que não há razão para sermos objeto de tarifas. Todos os argumentos apresentados nós provamos que não são legítimos.”

A investigação norte-americana aponta supostas preocupações relacionadas ao comércio digital, à estrutura tarifária brasileira e ao combate ao desmatamento ilegal. Com base nessas alegações, o governo dos Estados Unidos avalia a adoção de medidas de retaliação comercial.

O Itamaraty, entretanto, considera que os fundamentos apresentados são frágeis e destaca que o fluxo comercial entre os dois países não justifica medidas protecionistas. Um dos principais pontos levantados pelo governo brasileiro é o fato de que o Brasil registra déficit comercial na relação com os Estados Unidos, e não superavit.

Nos bastidores, integrantes do governo admitem que as próximas semanas serão decisivas. A ordem é acelerar as negociações até 15 de julho, data que marca o encerramento do prazo estabelecido pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump para que as equipes técnicas dos dois países tentem alcançar um entendimento sobre a questão tarifária.

Alex Ferro/G20



Em Paris, chanceler diz ter ouvido de Greer que os EUA pretendem manter as negociações abertas

EUA miram tributos de serviços digitais

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou, ontem, que o governo norte-americano tem pressionado o Brasil e outros parceiros comerciais contra a adoção de tributos conhecidos como Impostos sobre Serviços Digitais (DSTs, na sigla em inglês).

Durante audiência na Câmara dos Representantes, Bessent citou nominalmente o Brasil ao comentar a estratégia de Washington para enfrentar iniciativas que, na visão dos EUA, afetam de forma

desproporcional empresas norte-americanas de tecnologia.

“Estamos pressionando, seja na Europa, no Brasil, na Índia ou no Canadá, contra esses impostos sobre serviços digitais”, declarou o secretário.

Segundo ele, os Estados Unidos defendem os interesses de suas companhias de tecnologia nas negociações comerciais com outros países. “Temos o maior ecossistema de tecnologia e inovação do mundo, e eles não podem tirar vantagem das nossas empresas.”

» Classificação de terrorismo começa a valer

A partir de hoje, as facções brasileiras Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) passam a ser classificadas como organizações terroristas pelo governo de Donald Trump. Desde que a decisão foi anunciada pelos Estados Unidos no último dia 28, o Brasil tem mantido conversas no nível diplomático para reverter a medida. Porém, o entendimento no Itamaraty é que, por ora, o republicano não deve voltar atrás.

AGU na defesa de Moraes

» GIOVANNA RODRIGUES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, autorizou a Advocacia-geral da União (AGU) a defender o ministro Alexandre de Moraes em um processo movido contra ele nos Estados Unidos pelo grupo Trump Mídia e a plataforma de vídeos Rumble. A decisão foi tomada depois de a Justiça norte-americana autorizar a notificação formal do magistrado sobre a abertura do processo, etapa que permite o avanço da tramitação no exterior.

Na ação aberta em um tribunal federal do estado da Flórida, as empresas alegam que Moraes tenta censurar cidadãos norte-americanos com ordens de restrição e bloqueio de perfis na internet, ferindo a liberdade de expressão garantida pela Primeira Emenda da Constituição dos EUA.

Para o presidente do Supremo, o caso ultrapassa uma questão pessoal e representa uma ameaça à independência do Judiciário. “O que está em questão, para além da figura individual de ministro do STF, são a independência do Poder Judiciário brasileiro, a integridade do Estado de Direito no Brasil e, no limite, a própria soberania nacional”, escreveu Fachin.

O embasamento jurídico para atuação consta na lei brasileira, que não autoriza que magistrados sejam processados pessoalmente por decisões tomadas no exercício de suas funções. Mediante isso, a própria AGU se prontificou a atuar no caso representando a República e o próprio Supremo.